

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PORTARIA Nº 226 /2017

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelas Leis 2239/2003 e 3045/2008 e decreto 5644/2012;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos descritos no memorando nº 0080/2017, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, parte integrante desta Portaria na forma de anexos, referente a conduta do servidor Jardel Zarnott Einhardt, ocupante do Cargo em Comissão de Supervisor do Setor de Pavimentação, matrícula nº 30322-1, por possível descumprimento de disposições legais e decorrentes de atribuições de seu cargo, conforme artigo 170, XVIII, da lei 2.239/2003;
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e outras leis, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pela Portaria nº 079/2017, de 01.02.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **FRANCIANE MOTA VILELA MILECH**, Assistente Social, matrícula nº 8779-3 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

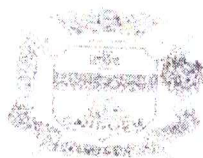
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 03 DE JULHO DE 2017.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito

02
cep



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RURAL
MEMORANDO Nº 0080/2017

Recebido 226
05/07/17

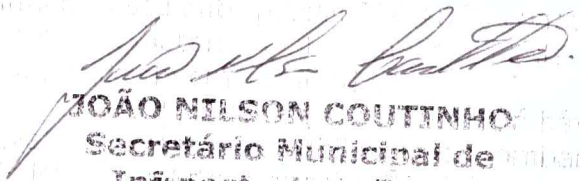
DA: Secretaria de Infraestrutura Rural
PARA: Secretaria de Gestão
DATA: 03.07.2017
Assunto: SOLICITAÇÃO (FAZ)

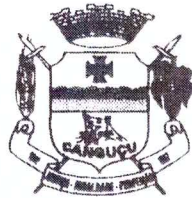
Senhor Secretário,

Cumprimento-lhe respeitosamente, na oportunidade em que aproveito para informar que no dia 01/07/2017 por volta das 10:30h, o caminhão basculante placas ITA 4888 conduzido pelo Sr. Jardei Zarnott Einhardt, tombou lateralmente na localidade do Remanso nas proximidades da antiga sede da empresa AGAPE.

Outrossim, o motorista já havia relatado que o caminhão apresentava problemas na estabilidade da tombadeira. Por tanto solicito a abertura de Processo Administrativo Disciplinar PAD, para averiguação.

Atenciosamente,


JOÃO NILSON COUTINHO
Secretário Municipal de Infraestrutura Rural



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

RELATÓRIO FINAL

Senhor Prefeito Municipal,

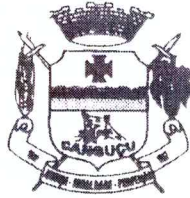
A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar vem apresentar o presente relatório, após a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos objetos do Processo Administrativo instaurada pela Portaria nº 226/2017, qual seja, a conduta do servidor Jardel Zarnott Einhardt, matrícula nº30322-1, por possível descumprimento de disposições legais decorrentes de atribuições de seu cargo, conforme art. 170, XVIII da Lei 2.239/2003.

PRELIMINARMENTE

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, acarretando unicamente como efeito a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida.

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA

Da análise do conjunto probatório, concluímos que não foi possível verificar responsabilidade do servidor Jardel Zarnott Einhardt, em face do tombamento da caçamba do veículo, placa ITA4888, ocorrido em 01/07/2017. Pelo depoimento do servidor responsável pela coordenação da oficina municipal, Heleno Beletti, ficou claro que o veículo conduzido pelo servidor Jardel estava em perfeitas condições de uso, bem como que o que gerou o tombamento não foi imperícia ou negligência do motorista, e, sim o material carregado, o qual não “soltou” da caçamba.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ainda, o chefe da oficina, o qual esteve no local, também informou que não haveria como o motorista evitar o tombamento, deixando claro a ausência de responsabilidade do servidor. Nesse sentido, observa-se o depoimento:

(...) compareceu o servidor Heleno Beletti, servidor público coordenador da oficina municipal: a caçamba que se envolveu no acidente com o Jardel já tinha sido tombada uma vez há um tempo atrás. Depois que desempena um chassi nunca mais volta 100% é igual a um carro depois que bate. Não significa que toda vez que uma caçamba cai tenha que descartar a caçamba; a caçamba é consertada e fica em condições de trabalho. Como mecânico o depoente entende que a caçamba estava em boas condições de trabalho quando o Jardel pegou. A caçamba não estava estragada, o alinhamento dela não fica 100%, mas ela é consertada e fica em condições de trabalho. O grande problema é o material que é colocado na caçamba, se colocar um material compactado, molhado, úmido ou com mais liga qualquer caçamba, até mesmo uma nova, vai tombar. No caso do Jardel o Heleno foi no local e viu muito material do lado da caçamba, então entende que ela tombou por conta do material carregado; o material carregado era cascalho, o cascalho não se deslocou de cima da caçamba. Não sabe dizer se o cascalho estava molhado ou úmido. O cascalho não se descolou da caçamba, era um cascalho vermelho. As caçambas da Prefeitura carregam todo tipo de cascalho e material, inclusive o vermelho. O cascalho também acaba ficando compactado pela distância e pelo tempo que ele tem que ser transportado até o local de descarregamento. No nosso caso mesmo, temos apenas uma cascalheira licenciada, então todo material sai dela e tem que ir para qualquer localidade do interior. Do seu ponto de vista técnico, já que é mecânico, entendendo que não foi culpa do motorista, não teve imperícia, é porque o cascalho que estava na caçamba não deslizou como deveria, ficou grudado numa parte. A caçamba utilizada estava liberada para o uso pela oficina da Prefeitura, não tinha problema mecânico. Foi um azar, uma infelicidade o material não ter soltado da caçamba, um acidente que não costuma a ocorrer com frequência. As caçambas e os motoristas são acostumados a trabalhar até na chuva e tudo da certo, nesse caso foi uma infelicidade. O cascalho não caiu, a caçamba pesou para um lado e não aguentou e tombou; nesse tempo não tem o que o motorista fazer, quando ladeou não tem como evitar. Não sabe dizer quem decide qual o material vai ser carregado para cada localidade, isso é mais com o Secretário e com o chefe de cada equipe. Na verdade, não depende apenas do veículo e do motorista, a grande questão da caçamba é o material carregado que pode grudar no deslocamento, no trajeto que o veículo faz até a localidade de descarregamento. Nada. Nada mais.

Enfim, pelo contexto probatório, especialmente pelos depoimentos colhidos no presente processo, ficou claro que o servidor Jardel não agiu de forma desidiosa, tendo o cuidado necessário para a direção do veículo, apesar do tombamento da caçamba, o qual parece ter ocorrido por conta do material carregado, que se mostrou compactado e pesado.

Desse modo, opinamos pela ausência de responsabilidade do servidor Jardel Zarnott Einhardt, em face do tombamento da caçamba ocorrida em 01/07/2017.



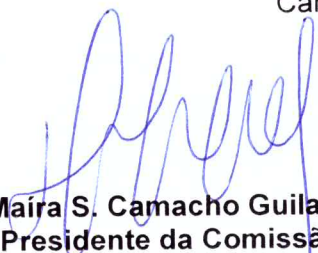
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Todavia, considerando o exposto sobre o material carregado na caçamba, o que seria a causa do tombamento, bem como o fato do Município possuir apenas uma cascalheira licenciada para atender todo o interior, esta Comissão recomenda que antes de qualquer carregamento sejam averiguadas as condições de tempo e lugar pelos responsáveis, a fim de fornecer segurança no transporte do material, especialmente para o motorista, bem como para evitar prejuízo ao Município.


Este é o relatório.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 01 de novembro de 2017



Maira S. Camacho Guilayn
Presidente da Comissão



Carem Eluza Braga Quintana
Secretária da Comissão



KAUANE PEDROSO
Membro da Comissão

De Rio 06/11/17
Mh